


**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE PESQUISA
DE RECURSOS MINERAIS – CPRM**

REALIZADA NO ESCRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO, EM 05.07.2018.

ATA nº 383

Ao quinto dia do mês de julho do ano dois mil e dezoito, às 09:30h reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, no Escritório do Rio de Janeiro, localizado na Av. Pasteur, 404, Urca, com a presença dos Conselheiros Titulares, Frederico Bedran Oliveira (Representante do Ministério de Minas e Energia) e Nucilene Lima de Freitas França (Representante do Tesouro Nacional), atuando como Secretário, João Batista de Vasconcelos Dias Júnior. O Conselheiro Erick Biill Vidigal participou virtualmente a reunião. Participaram da reunião, no seu todo ou parcialmente, Esteves Pedro Colnago, Diretor-Presidente da CPRM, Juliano de Oliveira, Diretor de Administração e Finanças (DAF), Sheila Teixeira Ribamar, Chefe da Divisão de Contabilidade Geral (DICOGE), Dinei Dias da Silva, Coordenador Executivo da Auditoria Interna (AUDITE), Marcelo Cantuário dos Santos Neto, Chefe da Auditoria Interna (AUDITE), Ana Cláudia de Aguiar Accioly, Chefe da Superintendência de Planejamento e Métodos (SUPLAM), as Coordenadoras Executivas da SUPLAM Izabela Duarte Giffoni e Patrícia Durringer Jacques, os Analistas em Geociências Fernando Augusto Araújo Fonseca, pela SUPLAM, e Cristiano Jorge André, pela Secretaria Geral (SEGER). O Conselheiro Frederico Bedran Oliveira, no exercício da Presidência do Conselho Fiscal, deu início à reunião e solicitou o exame dos itens da Ordem do Dia: **PRIMEIRO ITEM – LEITURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA 382** – Após as devidas retificações e sugestões, foi assinada a Ata 382. **SEGUNDO ITEM – ASSUNTOS DA CONTABILIDADE** – Foram apresentadas as Certidões de Regularidade do FGTS (validade até 27.07.2018), Certidão Negativa de Débito do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, do Município do Rio de Janeiro (validade 13.11.2018), Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (vencida) e as Certidões Negativas de Débitos de Tributos



Estaduais de São Paulo (validade 31.12.18), Goiás (validade 29.08.2018), Rondônia (validade 26.09.2018), Rio de Janeiro (validade 28.07.2018), Pernambuco (validade 29.09.2018), Ceará (validade 29.08.2018) e do Distrito Federal (validade 08.08.2018). As Certidões dos Tributos dos Estados do Amazonas, Pará e Bahia não foram apresentadas pois aguardam a regularização de débitos. As Certidões dos Tributos dos Estados do Piauí, Rio Grande do Sul e Minas Gerais ainda deverão ser solicitadas às respectivas fazendas estaduais. O Conselho Fiscal elogiou a proatividade da DICOGE na busca pelas Certidões dos Tributos Estaduais e Municipais. Sobre o vencimento da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, a chefe da DICOGE informou que encaminhará à SEGER e ao Conselho Fiscal um relatório explicando porque a renovação não ocorreu de forma automática. Dando continuidade, foram apresentados os demonstrativos analíticos: Balancetes Mensais e Composições do Resultado, e os demonstrativos sintéticos: Balanços Patrimoniais e Demonstrações do Resultado, referentes aos meses de abril e maio de 2018. Em seguida, a chefe da DICOGE fez uma síntese sobre o primeiro semestre de 2018, no tocante às atividades envolvendo o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e o atendimento às obrigações acessórias junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), onde destacou a entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD) e da Escrituração Fiscal Digital (ECF/2017) e falou sobre a necessidade de aquisição do sistema, já em fase de contratação, para utilização no cumprimento da mais recente obrigação: "Informações sobre as Retenções dos Tributos Federais (EFD-Reinf)". A Chefe da DICOGE informou ter sido criado pela Diretoria Executiva um Grupo de Trabalho, sob sua Coordenação, para apresentar um relatório conclusivo contendo as providências a serem tomadas visando regularizar a situação do item Financiamento à Pesquisa Mineral, registrado na conta de Ativo não Circulante no Balanço da CPRM. A coordenadora do Grupo de Trabalho apresentou ao Conselho o Ofício nº 102/2018-CPRM, encaminhado à Agência Nacional de Mineração (ANM), e informou o envio de ofício ao BNDES requerendo uma posição atualizada sobre os contratos em que o Banco atuou como agente financeiro. O presidente do Conselho Fiscal demandou celeridade e pragmatismo por parte do Grupo de Trabalho e sugeriu a intervenção do Diretor-Presidente junto à ANM e ao BNDES, visando agilizar as ações necessárias junto aqueles órgãos. O Conselho



2

Fiscal solicitou o registro de que tomou conhecimento das atividades do Grupo de Trabalho e, tendo em vista o prazo necessário para a conclusão dos trabalhos, manifesta sua preocupação com a conclusão das ações a tempo do fechamento anual do Balanço e solicita um cronograma pormenorizado a ser apresentado na próxima reunião. Por fim, a chefe da DICOGE informou que o Contrato nº 39/PR/2014, firmado com a Maciel Auditores Independentes, está em processo de renovação e, diante da necessidade das demonstrações trimestrais também serem auditadas, o referido contrato será alvo de um segundo aditivo para acréscimo de serviço, já havendo a manifestação de interesse da contratada. O Conselho Fiscal solicitou reunião com os Auditores Independentes para acompanhamento do Balanço Intermediário. **TERCEIRO ITEM – ASSUNTOS DA AUDITORIA** - O Coordenador Executivo Dinei Dias da Silva apresentou ao Conselho Fiscal o novo Chefe da Auditoria Interna, Marcelo Cantuário dos Santos Neto. Em seguida, fez uma apresentação resumida do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT 2017, onde destaca-se a realização de 4 (quatro) auditorias *in loco*, a elaboração de 9 (nove) relatórios de acompanhamento (*follow-up*), 19 (dezenove) Notas Técnicas, 2(dois) Pareceres e 3 (três) análises de quarentena para ex-dirigentes. No RAINT 2017 também aparecem relacionadas as atividades previstas no PAINT 2017 que não foram cumpridas, destacando-se 9 (nove) auditorias *in loco*. Segundo Dinei Dias o não cumprimento de todas as atividades previstas no PAINT deveu-se ao desligamento, a pedido, de 4 (quatro) auditores naquele período, o que desfalcou a equipe, além das readequações institucionais pelas quais a empresa passou, com vistas ao cumprimento do previsto na Lei nº 13.303/16. Dando continuidade, o Coordenador Executivo da AUDITE apresentou as atividades desenvolvidas pela Auditoria no primeiro semestre de 2018. **QUARTO ITEM – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – O DECOF apresentou a posição da execução orçamentária das Ações Discricionárias e do PAC, até 02.07.2018. Nas Ações Discricionárias, de um limite orçamentário de R\$ 88.115.153, foram executados R\$ 27.736.141, cerca de 31,48%, restando um Limite Disponível de R\$ 60.379.013. Já nas ações do PAC, de um limite orçamentário de R\$ 16.109.305, foram executados R\$ 4.220.043, cerca de 26,20%, restando um Limite Disponível de R\$ 11.889.262. **QUINTO ITEM – DEMONSTRATIVO DE CONTRATOS** – Foi apresentado ao Conselho o demonstrativo elaborado pela Divisão de Contratos (DICONT/DEAMP), relativo aos



Contratos celebrados pela CPRM no período de maio a junho de 2018, no qual constaram os seguintes contratos: 025/PR/18 – VERA MARIA AGUIAR DE SOUZA, 015/PR/18 – JCTM COMÉRCIO E TECNOLOGIA LTDA, 012/PR/18 – LINDE GASES LTDA, 024/PR/18 – TERRA CONSULTORIA EM ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA-EPP, 022/PR/18 – CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A – CERON, 034/PR/18 – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA-CODEVASF, 036/PR/18 – FUTURE TECHNOLOGIES INFORMÁTICA LTDA, 014/PR/18 – TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, 035/PR/18 – JCTM COMÉRCIO E TECNOLOGIA LTDA, 019/PR/18 – HS COMÉRCIO , LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-EPP, 042/PR/18 – LIRA SERVIÇOS DE SANEAMENTO E POÇOS EIRELLI-ME, 045/PR/18 – FORÇA E APOIO SEGURANÇA PRIVADA LTDA, 031/PR/18 – AMG MAS COMÉRCIO ATACADISTA EM GERAL EIRELLI-EPP, 027/PR/18 – VECTRA WORK INDUSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL LTDA, 030/PR/18 – CALÇADOS KALLUCI DE FRANCA LTDA EPP, 047/PR/18 – MATERNAL E JARDIM CACHINHOS DE OURO LTDA – EPP, 032/PR/18 – FORTE SINAL EQUIPAMENTOS EIRELLI-EPP, 038/PR/18 – SISTERPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA-EPP, 029/PR/18 – ITGX SISTEMAS LTDA-ME, 043/PR/18 A.C. SOUZA SANTANA- ME e 046/PR/18 – GOINFO ALONSO INFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. O Conselho Fiscal selecionou os Contratos 024/PR/18 – TERRA CONSULTORIA EM ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA-EPP e 022/PR/18 – CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A – CERON, para que a AUDITE analise os respectivos processos de contratação. O Conselho Fiscal solicitou o envio de memorando à Diretoria, sugerindo uma avaliação da conveniência na manutenção do contrato n° 047/PR/18, cujo objeto trata da prestação de serviços de Creche no Escritório do Rio de Janeiro, em função do alto valor pago por criança ao mês, muito superior ao valor do auxílio creche pago aos demais empregados com filhos em idade compatível, mas não usuários da creche. **SEXTO ITEM – RELATÓRIO DE DÍVIDAS DE CLIENTES, POSIÇÃO EM 28.06.2018** – Foi apresentada ao Conselho a posição em 28.06.2018 da evolução da dívida de clientes, fornecida pela Divisão de Execução Financeira (DIEFIN/DECOF). A dívida vencida há mais de 30 dias totaliza R\$ 259 mil, dos quais



4

R\$ 203 mil correspondem à dívida da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, em cobrança judicial. **SÉTIMO ITEM – ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES** – Foi apresentado ao Conselho Fiscal a planilha “Passivos Contingentes – Demandas Judiciais” com o demonstrativo das ações judiciais detalhadas por ramo (Trabalhistas, Tributárias e Cíveis). O Conselho solicitou que os próximos demonstrativos apontem o mês de referência da apuração e manifestou preocupação com os elevados valores, principalmente trabalhistas e tributários, tendo alertado ao Diretor-Presidente durante sua participação na reunião.

OITAVO ITEM – APRESENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO E DO PAT – PLANO ANUAL DE TRABALHO 2018 - Ana Cláudia de Aguiar Accioly, Chefe da SUPLAM, Izabela Duarte Giffoni e Patrícia Durringer Jacques, Coordenadoras Executivas da SUPLAM, e Fernando Augusto Araújo Fonseca, Analista em Geociências da SUPLAM, realizaram uma apresentação para o Conselho Fiscal sobre o Planejamento Estratégico e o PAT 2018, onde foram abordados os seguintes temas: - a estrutura organizacional da CPRM e a SUPLAM; - o Projeto de Construção das Diretrizes Estratégicas, que trata da construção e validação do Mapa Estratégico da CPRM; - a metodologia utilizada e o acompanhamento anual da execução; - a elaboração do Plano Estratégico 2017-2021, instrumento quinquenal com revisão anual; - o Plano Anual de Trabalho 2018 (PAT), tendo sido mostrados os valores de investimento e custeio por linha de ação no orçamento 2018 e um gráfico comparativo dos valores orçamentários por linha de ação; e - o protótipo do aplicativo Gestão à Vista, o qual apresenta um *dashboard* integrado a um *webgis* com informações sobre a execução dos projetos, os quais podem ser selecionados diretamente no mapa ou filtrados por diversos atributos. O Presidente do Conselho sugeriu a adoção de uma visão de mais longo prazo para o planejamento. O Conselho Fiscal recomendou a continuidade do processo de planejamento e a compra de um Sistema de Planejamento. Quanto a este último, a equipe da SUPLAM informou estar em contato com a Divisão de Informática (DIINFO) que prometeu o desenvolvimento de tal sistema até 2019.

NONO ITEM – MINUTA DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL – O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Minuta do seu Regimento Interno, a qual será analisada na próxima reunião.

DÉCIMO ITEM – OUTROS ASSUNTOS – a) O Conselho Fiscal analisará a planilha de Convênios na próxima reunião e sugeriu a inclusão do objeto na



mesma. **b)** O Diretor-Presidente informou que a estratégia a ser adotada pela CPRM será entrar inicialmente com uma ação na Justiça para obter a imunidade relativa ao IPVA e, conforme o resultado, analisar o caminho a ser adotado para solucionar a questão do IPTU. **c)** O Conselho Fiscal sugeriu que a chefe da DICOGE procure incluir mais contadores em sua equipe, com base na Portaria do Ministério do Planejamento que permite o remanejamento de pessoal entre os órgãos da administração pública. **d)** O Conselho Fiscal reforçou a necessidade de atualização das normas internas e a viabilização de curso de capacitação para os administradores e membros do Conselho Fiscal. **e)** O Conselho Fiscal recomendou a realização de inventário geral do patrimônio da empresa, alertando que o último foi realizado em 2010. **f)** O Conselho Fiscal tomou conhecimento dos Memorandos enviados ao Diretor Presidente, em atendimento às solicitações feitas na ATA de nº 382. Em seguida, não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi dada como encerrada.



FREDERICO BEDRAN OLIVEIRA
PRESIDENTE



NUCILENE LIMA DE FREITAS FRANÇA
CONSELHEIRA



ERICK BIILL VIDIGAL
CONSELHEIRO



JOÃO BATISTA DE VASCONCELOS DIAS JÚNIOR
SECRETÁRIO-GERAL